

Desce sobre o país o pressentimento de um enorme vazio político e o receio de sua eventual ocupação por demagogos a serem gerados pela oportunidade. Não é preciso ter visto outros momentos sem lideranças políticas credenciadas para entender o risco que se aproxima pelo lado oposto ao da mobilização política para as urnas. Eleição, inflação e recessão são ingredientes que, dependendo da dosagem, podem detonar consequências indesejáveis.

O processo de seleção de candidaturas está revelando com assustadora clareza a falta de nomes com credibilidade suficiente para escoar, no curso da campanha presidencial, as incertezas latentes nos indicadores sociais e econômicos. A começar do maior partido, o PMDB, a questão sucessória mostra-se áspera e extremada no encaminhamento dos seus próprios correligionários. A falta de idéias e de programas procura compensação na troca de ofensas e nas insinuações pessoais, que não valem como credenciais perante os cidadãos.

Nem o PT, que passou à frente dos outros partidos, reapresentando o mesmo candidato que perdeu a sucessão presidencial passada, conseguiu manter afastado o risco da divergência doméstica. Luís Inácio da Silva não esboçou a sua proposta de governo durante o périplo pré-eleitoral e, na antevéspera da largada na campanha, está sendo envolvido pela luta interna entre facções. E foge, ele também, à opção definidora da sua personalidade política. Sobre a divergência de fundo, o choque de opiniões entre a bancada federal e a Executiva Nacional ameaça rachar o PT.

A falta de propostas políticas materializadas em programas comprova, sem exceção, a ausência de idéias ordenadas com um mínimo de coerência, para despertar e captar a confiança da sociedade naqueles que vão pedir-lhe votos para governá-la em seu nome. O vácuo de idéias é proveitoso a aventureiros políticos, que passam a vocalizar com o seu voluntarismo, em troca do voto, as aspirações coletivas de segurança, ordem, trabalho, educação, saúde e tudo que materializa direitos da cidadania. Mas, sem a responsabilidade democrática, é a retribuição do voto com a sua eliminação.

A carência de lideranças identificadas com os meios e os fins democráticos destaca-se contra o fundo vazio de propostas objetivas. O conceito de liderança, sob a responsabilidade do voto, repele a forma primária de chefia carismática, que anestesia a opinião pública com promessas irrealizáveis. A reencarnação de lideranças messiânicas não supre a falta de líderes capazes de converter a confiança do cidadão em respeito pela lei e crença nas instituições políticas. Ao contrário, o risco de se apresentarem com o seu poder predador vale como advertência aos partidos atarantados com a desconexão entre a cidadania e os políticos em hora de crescente apreensão.

Pouco adianta a verificação do estado de carência de idéias e figuras, sem a disposição de chegar à verdade. As causas devem ser desvendadas e reveladas com destemor. A desvalorização das idéias decorreu do ostensivo despreço dos políticos pela opinião pública, por não prestarem contas dos seus atos. As lideranças banidas da vida

pública e as falecidas foram substituídas por fantoches que fazem apenas mimica política. A representação de fancaria desacreditou-se com a farsa para exportação: o Brasil fingiu que era uma democracia.

Desacreditou-se por inteiro a representação política. O voto se degradou no bipartidarismo sem raízes na realidade social. À medida que se afastavam os homens de bem, os aventureiros e os ambiciosos se apossaram dos mandatos. O círculo vicioso se fechou em torno da nação.

Quando o autoritarismo ficou descartável, o mal estava feito. Os titulares da vida pública sem dignidade pagaram o alto preço moral para garantir a própria continuidade. Completou-se o processo com a inversão de critérios para se implantar, em nome da pseudodemocracia, o seu contrário. A pressão política sobre o Congresso referendou o absurdo: o estado com direito à maior representação teve um teto rebaixado, e os estados sem peso de população tiveram ampliada a sua cota de representação. São Paulo foi confinado a 60 deputados e estados de baixa densidade demográfica receberam de prêmio um mínimo de oito deputados, embora o eleitorado seja insuficiente para eleger mais de um.

Estabeleceu-se artificialmente como maioria a soma de representantes sem quantidade suficiente de representados. A maioria real ficou inferiorizada para sempre. Não há democracia que resista a um golpe baixo como o *pacote de abril*. Não se inverte a ordem democrática impunemente. Foi assim que se elegeu a Assembléia Constituinte em 1986 e também assim a minoria artificialmente aquinhoadada com o poder de maioria manteve a prerrogativa da hegemonia nas decisões do Congresso.

As consequências não se confinam ao poder de decisão invertido, que garantiu à minoria a prerrogativa de impedir o reexame do absurdo. Não foi por acaso que o Congresso desceu ao mais baixo nível da truncada história parlamentar brasileira. Se a maioria pudesse exercer a sua vontade legítima, o Brasil não passaria a humilhação de ter uma dúzia e meia de parlamentares apontados à perda do mandato por arrombamento orçamentário.

A submissão do Congresso aos caprichos autoritários, a aceitação do papel de simular para efeito externo uma democracia inexistente e a inversão da maioria em minoria, por imposição militar, geraram as consequências que se empilham por toda parte. A própria falta de brio cívico é o reflexo moral da conivência e da falta de iniciativa para reabilitar uma instituição sem a qual não se pode falar em democracia. E só se poderá falar em democracia quando se devolver à maioria o seu poder legítimo, usurpado pela minoria privilegiada por sofisma militar.

Sem liderança política e sem autoridade moral, o Congresso é uma casa mal-assombrada de onde só podem sair decisões inconseqüentes, barganhas aviltantes e descrédito político que preparam caminho a aventureiros de todos os calibres. O vácuo de lideranças exerce uma irresistível atração sobre demagogos. A opinião pública está atenta, mas se sabe impotente para preencher a lacuna dos partidos políticos e os claros abertos pelo Congresso.